



Congresso vai analisar vetos e pode votar Orçamento na terça



Jefferson Rudy/Agência Senado

Na pauta da primeira sessão conjunta do Senado e da Câmara após o Carnaval, também está projeto que visa tornar mais ágil o próprio exame dos vetos presidenciais, que poderão ter apuração eletrônica

Os quatro vetos listados para análise passarão a trancar a pauta de votações do Legislativo no fim do mês. Com isso, precisam ser analisados logo para que seja concluída a análise do Orçamento 2015. Um deles veta

integralmente projeto que reduz a contribuição previdenciária para patrões e empregados domésticos. Os demais tratam da concessão de créditos tributários, do transporte escolar e da jornada de trabalho dos psicólogos. **3**

Projeto que altera as regras para análise dos vetos inclui limitação no número de mudanças sugeridas, que deve ser proporcional ao tamanho das bancadas partidárias

Senador propõe fim da eleição proporcional **4**

Objetos usados do Senado vão a leilão **2**

Texto reduz IR para produção de água de reúso

Proposta de Cássio Cunha Lima visa estimular as iniciativas para reutilização da água. Projeto diminui em 75% o Imposto de Renda das empresas produtoras e dis-

tribuidoras do setor. Também reduz a zero a alíquota do PIS-Pasep e da Cofins sobre a receita. Para o senador, crise hídrica tornou urgente o cuidado com a água. **2**



José Cruz/Agência Senado

Objetivo da proposta é que os incentivos diminuam os custos e contribuam para o desenvolvimento de novas tecnologias



Gerardo Magela/Agência Senado

O método atual, proporcional, ficaria restrito a municípios com menos eleitores

Projeto prevê sistema distrital para a eleição de vereadores

Município com mais de 200 mil eleitores seria dividido em distritos, onde somente o candidato mais

votado seria eleito por maioria simples. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça. **4**

A nova política está em debate.

Os principais temas que interessam a você e à sociedade estão na revista *Em Discussão!* Esta edição explica de maneira completa e didática as propostas e os impactos da reforma política, a mais esperada pelos brasileiros e prioridade absoluta na agenda legislativa de 2015.

Em Discussão!
Informação e novas ideias.

SENADO FEDERAL



Secom | Publicidade e Marketing

Para Cássio, cuidado com a água se tornou urgente

Diante da crise hídrica vivida por vários estados, senador chamou a atenção para propostas que incentivem o reaproveitamento da água, como projeto apresentado por ele e que tramita no Senado

O SENADOR CÁSSIO Cunha Lima (PSDB-PB) anunciou na sexta-feira a disposição de atuar pelo uso racional da água. Segundo ele, o cuidado tornou-se urgente diante da crise hídrica nos estados.

O parlamentar chamou a atenção para projeto apresentado por ele (PLS 12/2014) que incentiva o reúso da água. O texto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois de ter sido aprovado pela de Meio Ambiente (CMA).

Cássio propõe reduzir em 75% o Imposto de Renda de empresas produtoras ou distribuidoras de água de reúso. Sugere alíquota zero da contribuição ao PIS-Pasep e da Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins) que incidirem sobre receita de venda ou de tratamento de água para reutilização.

O PLS 12/2014 reduz a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS-Pasep e da Co-



Funcionários da Prefeitura de São Bernardo (SP) lavam as ruas com água de reúso

fins em compra de máquinas e equipamentos destinados a instalação, manutenção, ampliação ou modernização de planta de tratamento para reaproveitar a água.

A ideia é que os incentivos diminuam os custos e contribuam para o desenvolvimento de tecnologias.

O senador pretende elaborar projeto com normas para reutilizar a chamada água cinza, como a da pia de cozinha.

— É criminoso descartar água de banheiro utilizarem água potável — exemplificou Cássio.

A Resolução 54/2005 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) recomenda que água de boa qualidade não seja usada em atividades que tolerem águas de qualidade inferior.

Revista *Em Discussão!* debateu o problema da escassez de água: <http://bit.ly/EmDiscussao23>

Sem reformas, país não vai voltar a crescer, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que, sem reformas, o Brasil não vai superar os problemas que enfrenta nem voltará a crescer.

Afirmou que a reforma administrativa é necessária para reduzir a máquina pública e lembrou que já apresentou projeto para diminuir o tamanho do Legislativo. A ideia era cortar 21% do número de deputados e reduzir de três para dois senadores por estado.

O senador destacou ainda a necessidade de redução da carga tributária e disse que, com aumento de cargos, o governo ampliou despesas e deixou a máquina pública inoperante.



Moreira/Moritz/Agência Senado

Ana Amélia elogia o tema da Campanha da Fraternidade

Ana Amélia (PP-RS) disse que o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, "Fraternidade: Igreja e sociedade", serve para reflexão sobre o país.

— Para renovar a esperança, apesar de tantos episódios de corrupção e de má gestão dos recursos públicos, é preciso maior envolvimento social e protagonismo nas ações públicas, privadas e políticas.

Lançada ontem pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o lema "Eu vim para servir", a campanha prosseguirá até o Domingo de Páscoa, 5 de abril.

A senadora informou que hoje participará da abertura da 13ª Festa Nacional da Vindima, em Flores da Cunha (RS), celebrando a colheita da uva.

Gleisi critica pacote fiscal do Paraná e defende servidores

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou ontem as recentes medidas propostas pelo governo do Paraná para reduzir despesas.

Ela afirmou que as medidas visam anular benefícios dos servidores da educação e unificar os dois principais fundos de previdência do Paraná. Segundo ela, isso dará ao governo de Beto Richa acesso aos R\$ 8 bilhões desses fundos.

Gleisi reclamou que o governador do Paraná exige que o pacote seja aprovado com urgência pela assembleia legislativa, sem emendas e sem passar pelas comissões.



Tatiane/Sposito/Agência Senado

Senado vai leiloar móveis, veículos e equipamentos

No dia 25, o Senado fará um leilão de objetos usados. Os cidadãos podem avaliar os itens a partir de hoje, das 14h às 18h. São 147 lotes, num total de 5.365 itens, incluindo mesas de escritório, micro-computadores, notebooks, veículos, cama hospitalar, armários, bebedouros, geladeiras e ares-condicionados.

Se todos os lotes forem arre-

matados pelo valor mínimo, a Casa arrecadará pouco mais de R\$ 400 mil. Qualquer pessoa pode participar, exceto menores de 18 anos e servidores da Casa. Edital e catálogo oficial estão disponíveis no local da visitação, na internet (www.bsbleiloes.com.br) e no escritório do leiloeiro: Av. Central, 1.385, loja 2, Núcleo Bandeirante, DF.

Capiberibe apoia Lava-Jato e pede mais investigação

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu ontem investigações nos estados sobre escândalos de corrupção.

Ele sugeriu que o Conselho Nacional de Justiça atue nessa questão.

— Estou convencido de que isso é uma rede que atinge todos os estados e a corrupção está instalada em todas as instâncias do poder público.

Sobre a Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que investiga denúncias contra a Petrobras, Capiberibe acredita que não haverá retrocesso. Para ele, é preciso cuidado para que nada interfira nas investigações.



Moreira/Moritz/Agência Senado

Medeiros cobra providências para bloqueios em vias

José Medeiros (PPS-MT) pediu providências rápidas do governo diante de caminhoneiros que têm bloqueado rodovias em Mato Grosso.

Ele expressou o temor de que os protestos se espalhem por outros estados. Para Medeiros, cabe ao governo buscar o entendimento e usar serviços de inteligência para antecipar-se a quaisquer agressões ao direito de ir e vir.

— O país não pode ficar parado. Mato Grosso parado, boa parte do país para, porque ali é um corredor que liga o sul ao norte do país — afirmou o senador.



Moreira/Moritz/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h A sessão é não deliberativa e destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Galvez

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ana Amélia defende papel da oposição no Parlamento



Em pronunciamento na sexta-feira, Ana Amélia (PP-RS) defendeu o papel da oposição no Congresso e fez críticas ao partido do governo, o PT.

— Eu não sou de oposição, mas tenho a racionalidade e procuro ter o bom senso e o equilíbrio de olhar as coisas como elas são. O PT, de fato, infernizava o Congresso quando era oposição. Hoje reclama, como se não pudesse a oposição fazer seu papel de fiscalizar, exigir explicações do governo, criticar sobretudo a incoerência e as coisas que foram ditas numa campanha eleitoral e não foram cumpridas— afirmou a parlamentar.

Para Ana Amélia, a população acreditou e deu um voto de confiança ao governo. Agora, cobrou, é preciso resgatar a credibilidade com qualidade na gestão.

A senadora lamentou o anúncio do Banco Central sobre a retração na economia no ano passado, o aumento de juros e o “tarifaço” em itens como os combustíveis.

Para Cristovam, políticos precisam dar resposta às ruas



Cristovam Buarque (PDT-DF) classificou como doença o abandono dos discursos de campanha depois que os partidos chegam ao poder. Em Plenário, na sexta-feira, ele ressaltou que, primeiro, o partido se submete à ditadura dos marqueteiros e, depois, à dos financistas.

Na opinião dele, isso ocorreu nas últimas eleições, sendo causa do descontentamento da população e dos apelos pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Para o senador, tanto o governo quanto os líderes políticos estão paralisados diante da insatisfação popular e das cobranças das ruas. Ele entende que é necessário ouvir as críticas e formular novos caminhos, e que a iniciativa deve partir do governo.

— Quem está no governo não quer que o impeachment prospere, mas não está dizendo como é que vai fazer para o povo voltar para casa sem pedir isso — criticou Cristovam, após reafirmar ser contra o impedimento.

Projeto muda forma de análise de vetos presidenciais, que deve ficar mais rápida, com apuração eletrônica. Parlamentares recém-eleitos têm até segunda para apresentar emendas orçamentárias



Congresso se reuniu pela última vez em 17 de dezembro, quando foi aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015

Vetos e Orçamento estão na pauta do Congresso na terça

A SESSÃO DO Congresso marcada para terça-feira, às 19h, terá pauta cheia. São quatro vetos presidenciais, um projeto de resolução que modifica justamente o exame de vetos e a proposta de Orçamento para 2015.

Os quatro vetos passam a trancar a pauta de votações a partir do fim do mês e precisam ser analisados para que possa ser concluída a votação da lei orçamentária.

O Veto 31/2014 foi apresentado ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 150/2009, que determina que a jornada dos psicólogos deve ser fixada por instrumento coletivo de trabalho. A Presidência da República vetou integralmente a proposta, alegando que haveria impacto no orçamento de entes públicos, com possível elevação de custos nos setores público (SUS) e privado de saúde e prejuízo aos usuários.

Já o Veto 32/2014 foi apresentado ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 99/2013 — Complementar. O texto trata da remissão de créditos tributários constituídos em decorrência de benefícios ou incentivos fiscais. O governo diz que o veto justifica-se pela alteração da conjuntura econômica.

O Veto 33/2014 foi aplicado pela presidente Dilma Rousseff ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 47/2008. O texto visa tornar obrigatória a destinação, ao transporte escolar

das prefeituras, dos veículos de transporte coletivo para os quais foi aplicada a pena de “perdimento”, por terem ingressado irregularmente no Brasil. A presidente afirma que a medida poderia levar ao uso de veículos impróprios para o transporte de estudantes.

Finalmente, o Veto 34/2014 atinge o Projeto de Lei (PLS) 161/2009, que reduz a contribuição previdenciária para patrões e empregados domésticos. Dos atuais 12%, os patrões passariam a pagar 6% sobre o valor do salário. Os empregados, que hoje pagam entre 8% e 11%, também pagariam 6%.

Na justificativa do veto, a presidente diz que o projeto “não é condizente com o momento econômico atual”. Com a mudança, o governo deixaria de recolher cerca de R\$ 600 milhões por ano.

A proposta de mudança nas regras para análise dos vetos (PRN 1/2015) visa tornar mais céleres essas decisões, permitindo apuração eletrônica. Pela proposta, a votação do veto será nominal e por cédula, com identificação do parlamentar. Na cédula constarão todos os vetos incluídos na ordem do dia, agrupados por projeto.

Até o início das votações, os parlamentares poderão apre-

sentar destaques, limitados ao tamanho de cada bancada. De 5 a 24 deputados ou de 3 a 5 senadores, 1 destaque; de 25 a 49 deputados ou de 6 a 11 senadores, 2 destaques; de 50 a 74 deputados ou de 12 a 17 senadores, 3 destaques; e 75 ou mais deputados ou 18 ou mais senadores, 4 destaques.

Sobre o Orçamento, a decisão do relator, Romero Jucá (PMDB-RR), de incluir emendas de novos parlamentares eleitos em outubro pode fazer com que a proposta (PLN 13/2014) não seja examinada na terça. Jucá deu prazo até a segunda para o encaminhamento das emendas aos líderes de bancadas.

No dia 26, haverá sessão solene do Congresso, às 11h, para a promulgação da Emenda Constitucional (EC) 85, que altera a Constituição para tornar assuntos prioritários do Estado as atividades de ciência, tecnologia e inovação. A mudança é proveniente da PEC 12/2014, aprovada pelo Senado em dezembro.

Na última sexta-feira, também foi lido o expediente da Câmara que encaminhou para promulgação a chamada PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000).

A proposta torna obrigatória a execução das emendas parlamentares individuais ao Orçamento até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) realizada no ano anterior.

Conclusão da votação da lei orçamentária depende da análise dos vetos

Emenda que prioriza ciência e inovação será promulgada em sessão no dia 26

Cássio critica PT por tentar desviar foco de investigações



Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) leu em Plenário na sexta editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* intitulado “O PT no contra-ataque”.

Segundo o senador, o texto trata do mesmo tema a que ele já havia se referido na tribuna da Casa: a necessidade de manter o foco nas investigações da Operação Lava-Jato sobre o desvio de dinheiro na Petrobras.

O editorial afirma que o PT está aplicando a tática de trazer os inimigos para “dentro do buraco” em que está caindo, sem negar que membros importantes da legenda participaram no escândalo da Petrobras, e se empenha em mostrar que a oposição também tem culpa.

— Não há problema que se investigue o Brasil desde a Coroa Portuguesa até a presente data. Mas que o argumento não possa ser utilizado para impedir que as investigações em curso sejam desviadas do seu foco, que é a atenção central do povo brasileiro, que não suporta mais tanta corrupção — afirmou.

Vanessa destaca ação da escola de samba Mangueira



A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) saudou, na sexta, a decisão da escola de samba Mangueira de levar para o desfile de Carnaval do Rio um tema em defesa dos direitos das mulheres e da luta pela igualdade de gênero.

O tema do desfile da escola este ano foi “Empoderar mulheres, empoderar a humanidade, imagine!” e seu samba-enredo, *Agora Chegou a Vez, Vou Cantar: mulher de Mangueira, mulher brasileira em primeiro lugar*.

Vanessa disse que, com o desfile, a Mangueira integra campanha promovida pela ONU em 2015 para resgatar compromissos de combate à discriminação de gênero assumidos na 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim, em 1995.

— A alegria do Carnaval pode e está sendo uma forma criativa e descontraída de mostrar ao mundo a importância de reforçar a cada dia o empoderamento da metade feminina da população. Parabéns à Mangueira, parabéns à ONU — elogiou.

Serra propõe voto distrital para eleição de vereadores

Municípios com mais de 200 mil eleitores seriam divididos em vários distritos e cada uma dessas regiões elegeria apenas um representante por maioria simples, substituindo o sistema proporcional

PROJETO APRESENTADO PELO senador José Serra (PSDB-SP) muda a regra para eleições de vereadores dos municípios com mais de 200 mil eleitores. De acordo com o PLS 25/2015, nessas cidades os vereadores serão escolhidos pelo voto distrital, e não mais pelo sistema proporcional.

Pelo novo método, o município é dividido em vários distritos e cada um deles elege um vereador por maioria simples (50% dos votos mais um). Assim, o candidato mais votado em cada distrito é eleito.

O projeto prevê que o número de distritos será equivalente ao total de vagas nas câmaras municipais. Um partido ou coligação poderá registrar só um candidato a vereador por distrito e cada um será eleito com um suplente.

Os tribunais regionais eleitorais serão responsáveis por definir os distritos, observando a continuidade do território e a igualdade de voto. Além disso, de acordo com a proposta, “a diferença numérica entre o contingente eleitoral do distrito mais populoso e do menos populoso não poderá exceder 5%”.

Serra acredita que o voto distrital traria um avanço imenso para o país:

— Até para diminuir os gastos de campanha. As grandes fortunas que custam as campanhas se devem a duas questões: o horário gratuito, que é caríssimo do jeito que é hoje, e o sistema eleitoral atual, que encarece tudo.

O senador estima que a adoção do voto distrital nos grandes municípios pode re-

duzir em mais de R\$ 5 bilhões os custos das campanhas nas eleições de 2016.

O projeto foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) onde receberá decisão final. Se for aprovado e não houver recurso para análise pelo Plenário, poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados.

Regra atual

Vereadores, deputados estaduais e federais são eleitos, atualmente, pelo sistema proporcional. Nele, o peso das legendas e das coligações dentro do universo de votos define os eleitos por meio de uma série de cálculos. Por isso, candidatos bem votados podem não obter uma vaga, enquanto outros com menos votos podem se eleger.



Reguffe acredita que o sistema distrital puro garante mais representatividade

Texto prevê novo critério para eleger deputado

A adoção do voto distrital como padrão para o sistema eleitoral é defendida por Reguffe (PDT-DF) por meio da Proposta de Emenda à Constituição 9/2015, que começa a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Nesse sistema, o país é dividido em distritos e cada membro do Parlamento é eleito individualmente, por maioria dos votos, dentro dos limites geográficos dessas circunscrições eleitorais.

O eleitor de cada área votará para eleger apenas um candidato do distrito. No voto proporcional hoje em vigor, o número de cadeiras para partido é determinada pela proporção de votos obtidos pela legenda, o que vale para compor a Câmara dos Deputados, as assembleias e as câmaras de vereadores.

Para Reguffe, o voto distrital puro garante mais representatividade porque possibilita ao cidadão o contato direto com o parlamentar eleito pelo distrito onde ele vota e reside.

Na avaliação do senador, o voto distrital revela vantagens como o estímulo ao aparecimento de líderes políticos e

reduziria a influência do poder econômico, à medida que aproxima o eleito e o eleitor daquela mesma localidade.

A PEC reescreve o artigo 45 da Constituição para definir que a Câmara seja composta por eleitos pelo sistema distrital puro em cada unidade federativa. Uma lei complementar definirá, em âmbito nacional, estadual e local, os distritos aos quais o eleito e os eleitores estarão vinculados.

A proposta, depois da CCJ, irá a Plenário para discussão e votação em dois turnos.

O texto prevê a adoção de um voto distrital puro, mas há a variante do sistema distrital misto. Nesse sistema, o eleitor tem direito a dois votos para cada cargo: um para o candidato do distrito e outro para sufragar uma lista do partido com candidatos para representar todo o país.

Em função do número de votos que receber, o partido elegerá, além de um distrital pelo sistema puro, um número de candidatos determinados pela ordem da lista nacional, em conformidade com a proporcionalidade dos votos.



Autor de projeto que pode reduzir os custos das campanhas de 2016 em mais de R\$ 5 bilhões, Serra (E) conversa com Aloysio

Paim apoia projeto que permite candidatura avulsa

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a aprovação da proposta de emenda à Constituição que permite que candidatos concorram a cargos eletivos sem filiação partidária (PEC 6/2015).

Pela proposta, disse, a candidatura avulsa será permitida se o concorrente tiver o apoio de um número mínimo de eleitores definido em lei.

Paim lembrou que, em 1932, o Código Eleitoral permitia esse tipo de candidatura, mas, em 1945, passou a ser obrigatória a filiação partidária. O senador acredita que a medida não enfraquece os partidos.

— As candidaturas avulsas seriam fonte de vitalidade, de renovação para a política brasileira — afirmou.

Vanessa quer o fim do financiamento privado de campanha

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu ontem o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais, que, para ela, gera casos de corrupção no país, como as denúncias sobre a Petrobras.

Na opinião da senadora, a comissão especial da Câmara criada para discutir a reforma política já dá sinais de que pretende promover “alterações antidemocráticas”. Segundo Vanessa, alguns parlamentares querem defender o financiamento privado de campanhas, criar cláusula que impeça o funcionamento dos partidos pequenos e excluir o povo do processo democrático.

Vanessa pediu ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo, que libere para julgamento o processo do fim do financiamento privado, do qual pediu vista em abril de 2014, o que parou o seu andamento.

Cássio pede convocação do ministro da Justiça

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) manifestou-se favorável à convocação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para esclarecimentos sobre audiência com advogados de investigados na Operação Lava-Jato, sobre a corrupção na Petrobras.

O senador lembrou que a audiência com advogados de investigados pela PF teria sido negada pelo ministro. Cássio reconheceu que uma autoridade tem direito de conceder audiência a quem quiser, mas observou que, na República, não pode haver segredos.

— Por que o ato falho de negar o encontro? Ao negar a realização, se desejava esconder qual teor de conversa? O que foi discutido nessa reunião que, no primeiro momento, não foi reconhecida e não constava da agenda do ministro? — indagou o senador.

Gleisi defende atuação de José Eduardo Cardozo

Em discurso, Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de acusações de que teria participado de reuniões não registradas na agenda oficial com advogados de investigados na Operação Lava-Jato. A senadora disse que é dever do ministro conceder audiência a advogados e que houve problemas no sistema de agenda, causa da omissão.

Gleisi também criticou matéria da revista *Veja* relatando encontro entre Cardozo e o advogado Sérgio Renault, que defende a empresa UTC, envolvida na Lava-Jato. Segundo ela, Renault foi ao ministério se encontrar com outro advogado, que participava de audiência com o ministro. Na saída, Cardozo o teria cumprimentado.

— Isso virou reunião, que não existiu. As ilações, as versões, são mais fortes que os fatos.

Reguffe rejeita veto a reajuste de 6,5% na tabela do IR

Reguffe (PDT-DF) defendeu a derrubada do veto presidencial ao reajuste de 6,5% na tabela do Imposto de Renda. O índice havia sido incluído na tramitação, no Congresso, da Medida Provisória 656/2014.

O senador lembrou que, já em 2011, a tabela do Imposto de Renda estava defasada em 64%, índice que continuou crescendo, levando-se em conta que a correção, nos últimos quatro anos, foi abaixo do índice oficial da inflação.

— A defasagem, em 2011, dos últimos 16 anos, era de 64,01%. Nos últimos quatro anos, a defasagem ainda aumentou, porque a correção da tabela foi de 4,5% ao ano, enquanto a inflação anual beirou 6,5%. Isso a inflação oficial. Porque o brasileiro que faz suas compras todos os dias sente nas ruas uma inflação ainda maior que a oficial.